

EDUCAÇÃO

Número Temático - vol. 11 n. 1 - 2021

ISSN Digital: 2316-3828

ISSN Impresso: 2316-333X

DOI: 10.17564/2316-3828.2021v11n1p140-152



EDUCAR PARA DESCONSTRUIR PRECONCEITOS: UMA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NA CRECHE-ESCOLA DA ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL SALVA DOR

EDUCATE TO DECONSTRUCT PREJUDICES: A PEDAGOGICAL
INTERVENTION AT THE DAILY EDUCATIONAL ASSOCIATION
SALVA PAIN SCHOOL.

EDUCAR PARA DESCONSTRUIR LOS PREJUCIOS: UNA
INTERVENCIÓN PEDAGÓGICA EN LA ASOCIACIÓN EDUCATIVA
DIARIA ESCUELA SALVA DOR

Karla Thaís Lacerda de Jesus¹
Lívia Barbosa Pacheco Souza²
Silvana Santos Bispo³

RESUMO

A *Creche-Escola da Associação Educacional Salva Dor* está circunscrita como um espaço de formação, transformação e instrumento de políticas para equidade. Todavia, em muitos momentos se observam reproduções de mecanismos homofóbicos, discriminatórios e preconceituosos. Nessa perspectiva, a construção de espaços de debates, produção de oficinas, palestras, dentre outras, são ações desenvolvidas com intuito de promoção de um saber não hierárquico e que atente para a diversidade do sujeito. O presente artigo expõe por meio da pedagogia transgressora uma possibilidade construtivo-discursiva que tem como referência questionar as estruturas hegemônicas de poder. Assim, por meio da realização de oficinas com um grupo de crianças e adolescentes frequentadores da creche-escola se pode estabelecer um diálogo de interação, onde as falas, reflexões e pensamentos foram desenvolvidos.

PALAVRAS-CHAVE

Pedagogias Transgressoras. Sexualidades. Equidade.

ABSTRACT

The Creche-Escola da Associação Educacional Salva Dor is circumscribed as a space for training, transformation and policy instrument for equity. However, reproductions of homophobic, discriminatory and prejudiced mechanisms are often observed. In this perspective, the construction of spaces for debates, production of workshops, lectures, among others, are actions developed with the intuition of promoting non-hierarchical knowledge and paying attention to the subject's diversity. This article exposes, through transgressive pedagogy, a constructive-discursive possibility that has as a reference to question the hegemonic structures of power. Thus, through the realization of workshops with a group of children and adolescents attending the daycare center, an interaction dialogue can be established, where the speeches, reflections and thoughts were developed.

KEYWORDS

Transgressive Pedagogies. Sexualities. Equity.

RESUMEN

La Creche-Escola da Associação Educacional Salva Dor se circunscribe como un espacio de formación, transformación e instrumento político para la equidad. Sin embargo, a menudo se observan reproducciones de mecanismos homofóbicos, discriminatorios y prejuiciados. En esta perspectiva, la construcción de espacios para debates, producción de talleres, conferencias, entre otros, son acciones desarrolladas con la intuición de promover el conocimiento no jerárquico y prestar atención a la diversidad del tema. Este artículo expone, a través de la pedagogía transgresora, una posibilidad constructivo-discursiva que tiene como referencia cuestionar las estructuras hegemónicas de poder. Así, a través de la realización de talleres con un grupo de niños y adolescentes que asisten a la guardería, se puede establecer un diálogo de interacción, donde se desarrollaron los discursos, reflexiones y pensamientos.

PALABRAS CLAVE

Pedagogías Transgresivas; Sexualidades; Capital.

1 INTRODUÇÃO

Pensar espaços de sociabilidades construtivas e criativas vai além de espaços formais e/ou institucionalizados, nesse sentido, a Creche-Escola da Associação Educacional Salva Dor², se estabelece como um local atento às diversidades e a construção da equidade. Tal dimensão é importante, visto que, vivenciamos em uma sociedade historicamente construída por processos discriminatórios e excludentes, processos pelos quais naturalizam práticas sexistas, racistas e LGBTQI+ fóbicas, essas, fortalecidas e legitimadas pela existência de um currículo escolar euroreferenciado, classista e ainda tradicional.

Desse modo, a pedagogia transgressora³ se constitui como um referencial teórico-metodológico de grande relevância, visto que, se estabelece com um olhar descolonizado, atendo as diferenças e na busca por equidade. O processo de escrita deste artigo, xs sujeitxs evolvidxs, afetividade, cuidado, empatia, são construção de um saber coletivo, constitutivo e potente.

É significativo pensar que invisibilizar a/s sexualidade/s que fogem de “padrões” da heteronormatividade excluem pluralidades e existências de corpos, representações e da própria existência de uma parcela significativa da sociedade, dentro os quais, muitxs estudantes. A sociedade com vertentes patriarcais compactua com diversas violências exercidas contra xs que fogem das normas, impondo parâmetros da heterossexualidade compulsória, da família tradicional que por sua vez busca docilizar mentes e os corpos.

[...] os sujeitos que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na sequência sexo/gênero/sexualidade serão tomados como minoria e serão colocados à margem das preocupações de uma educação que se pretenda para a maioria. (LOURO, 2004, p. 72).

Segundo a Associação Brasileira de Lésbica, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) em 2016, 73% dxs jovens entre 13 a 21 anos identificados como Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis (LGBT) no ano de 2015 sofreram agressões verbais na escola por condição sexual. A mesma pesquisa identificou ainda que 60% dxs 1.016 jovens ouvidos/as no Brasil sentem-se insegurxs na escola por causa da sua condição sexual. Embora as agressões sejam explícitas, 53,9% dxs estudantes afirmam nunca terem presenciado a intervenção de professorxs diante de comentários homofóbicos. Neste contexto, ainda se observa a falta de preparo de profissionais, bem como a própria falta de empatia, cuidado e mesmo de preconceitos e discriminações que recortam tais sujeitos.

2 Creche-Escola da Associação Educacional Salva Dor (INEP nº 29840740), localizada na Rua Alto de São Lázaro, nº 69-E, no bairro Federação, na cidade Salvador/BA, desenvolve desde 2002 um trabalho educacional gratuito baseado na Pedagogia Waldorf do filósofo e cientista austríaco Rudolf Steiner (1861-1925). A perspectiva é promover ações pedagógicas, artísticas, terapêuticas e socioculturais com o intuito de integrar e formar crianças, jovens e adultos mais preparados para o convívio social. Página: <<https://www.facebook.com/AESDAAssociacaoEducacionalSalvaDor/>>. Acesso em: 06 de janeiro de 2020.

3 Para maiores informações sobre o tema ver: ARAÚJO, Denise Bastos; CRUZ, Izaura Santiago da; DANTAS, Maria da Conceição Carvalho. Gênero e sexualidade na escola. Salvador: UFBA Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

A *Creche-Escola da Associação Educacional Salva Dor*, descrita como espaço de formação e transformação, instrumento de políticas de equidade, muitas vezes, apresenta-se como via para construção e reprodução de mecanismos homofóbicos, visto que, ela está inserida no contexto histórico da sociedade, razão para acreditarmos que ações interventivas se fazem necessária e urgente. Construir ações efetivas que elimine e/ou minimize a reprodução de preconceitos, que muitas vezes ox estigmatizam, ox façam sentir de vergonha de si, culpa, humilhação e por consequência acarreta violência física e psíquica, abandono/evasão escolar.

2 PRÁTICA POLÍTICO-PEDAGÓGICA E SUAS SUBJETIVIDADES

A presença multifacetada das desigualdades de gênero é cultural e historicamente definida por referencias patriarcais que se pensa hegemônica, mas, sobretudo é machista, sexista, racista, capitalista e, construída a partir de estruturas de classe, raça/etnia, geracional, sexualidades e outros. Neste ínterim, é de grande valia a proposta *“Educar para desconstruir preconceitos: uma intervenção pedagógica na Creche-Escola da Associação Educacional Salva Dor”*, tendo em vista, que as oficinas educativas realizadas com xs participantes da turma de reforço escolar e oficina trouxeram diversas situações de violência naturalizada (olhares velados/indiferentes, imagens estereotipadas, concepções restritivas, enquadre religioso, trazendo discursos sobre a homossexualidade como distorção da natureza ou desvio moral, enquadre jocoso composto por piadas e ironias, enquadre científico incluindo a ideia de cérebro sexuado e do determinismo genético...). Posições essas registradas durante a realização dos encontros. Nessa perspectiva, Seffner (2006, p. 91-92) alerta que:

A crença socialmente institucionalizada segundo a qual existira apenas um modo legítimo de viver as masculinidades e as feminilidades e uma única forma “sadia e normal” de expressar-se sexualmente- a heterossexual- vem fazendo com que os sujeitos que não se adequam nessa representação sejam colocados e se sintam ã margem, como “desviantes”, “aberrações”, “contra a natureza”.

Judith Butler (2000, p. 111-112) define sexo:

Em outras palavras, o “sexo” é um constructo ideal que é forçosamente materializado através do tempo. Ele não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o “sexo” e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas.

Já Silva (2014, 2014, p. 67) traz a relação de poder que hierarquiza, subordina e exclui as pessoas para manter padrões das culturas dominantes, invisibilizando os sujeitos baseando-se em identidades fixas no reconhecimento da diferença sexual.

Os modos de ser e estar no mundo que se tornaram hegemônicos dizem respeito a modos como foram pensados e produzidos os corpos, os gêneros e as sexualidades, reduzidos a dimensões fragmentadas, aprisionadas e binárias. Generalizada e naturalizada, a heterossexualidade, inscrita no corpo, tornou-se referência em todos os lugares e para todos os indivíduos, alerta-nos Guacira Louro desde 1999. Essa forma de sexualidade invadiu os textos escolares e os procedimentos pedagógicos que visavam educar meninos e meninas, e ainda neles permanecem neste começo de século XXI.

Nesse sentido, consolidar uma prática para a diversidade que conteste os discursos dominantes se constitui como uma possibilidade ímpar, visto que a escola é um lugar de possibilidades de (re) construção de outras narrativas sobre sexualidade, além de contribuir nas ações antidiscriminatórias e da própria performance da sexualidade (BUTLER, 2012). Convém ressaltar que o tema foi escolhido a partir da urgente necessidade do debate, além do nosso interesse particular como as abordagens sobre: gênero, sexualidade, discriminação e violência. A creche-escola recebe crianças de 8 a 14 anos, atende um público vulnerável sócio e economicamente da comunidade de São Lázaro e adjacências, bairros como: Calabar, Alto das Pombas, Roça da Sabina, Alto de Ondina, Alto da Sereia e Vila Matos.

Comunidades essas que, mesmo com a ausência de dados específicos (números, porcentagem), são rotuladas como perigosas, visto que segundo a Secretaria de Segurança Pública (SSP/BA) possuem altos índices de violências (assaltos, roubos, agressões e homicídios) decorrentes de briga entre gangues rivais que disputam o comando do tráfico de drogas na região (SSP/BA, 2017). Observa-se nesse contexto a construção estereotipada desses bairros como “classes perigosas”. E nos perguntamos: Quem são esses sujeitos? Qual seu pertencimento racial? Qual a condição sociocultural da qual estão inseridos? Quais ações efetivas dos poderes públicos nessas localidades?

Essa população periférica, em sua maioria negra, muitas vezes encarada como “coisas”, é excluída do acesso trazido pelo modelo socioeconômico atual. Ações efetivas ao acesso de necessidades primordiais como saúde, educação, segurança, lazer, são quase invisíveis. É notório que a maioria dessas crianças sofrem com violação de direitos, ao passo que verificamos tais violências nos discursos pejorativos usados, como: gay, bicha, viado, travesti e sapatão ou negro fedorento, cabelo de Bombril e outros. A naturalização da violência e discriminação de gênero/raça é aparente. Segundo Adorno (1995), a educação deve conduzir a mudança em direção ao sujeito que este possa adquirir consciência em todos os espaços que permeiam sua vida. Nesse sentido, práticas educacionais libertárias são acertivas nessa conjuntura. Sendo assim, hooks (2013, p. 35) afirma que:

Quando a educação é a prática da liberdade, os alunos não são os únicos chamados a partilhar, a confessar. A pedagogia engajada não busca simplesmente fortalecer e capacitar os alunos. Toda sala de aula em que for aplicado um modelo holístico de aprendizado será também um local de crescimento para o professor, que será fortalecido e capacitado por esse processo.

Essas práticas pedagógicas tendem ao exercício da autonomia, uma vez que o trabalho dialógico permite construir propostas para além das relações pessoais e interpessoais. Nessa perspectiva, nós educadorxs assumimos o compromisso de preparar essxs alunxs para lidar com essas questões e ocu-

par seu lugar de fala, portanto, a intervenção realizada foi relevante, pois buscou nutrir nxs mesmxs possibilidades de conhecimentos sobre seus direitos para que se empoderem, conduzam suas vidas e reajam de forma crítica-reflexiva contra qualquer tipo de violação.

É garantia fundamental e direito de todx brasileirx o acesso à educação da qual registrado na constituição brasileira. Uma ferramenta eficaz de vasto alcance, a arte de educar vai para além dos ensinamentos didáticos, ela acontece também por meio dos princípios, repassando pelas famílias. Compreender e respeitar as diversidades são construções apreendidas por meio da educação, estreitando laços, buscando abolir qualquer tipo exclusão fundadas em normatizações. Mesmo vivendo em um mundo múlti-pluri-trans, cheio de macromudanças em que se é repensado e reconstruído discursivamente, o sistema heteronormativo, machista, sexista, racista e classista constrói dogmas baseados numa dita “normalidade” para aprisionar mentes, docilizar corpos e disciplinar a vida social em relação a gênero, a sexualidade e a “organização” familiar.

3 RELATOS E EXPERIÊNCIAS: DESCONSTRUINDO DISCRIMINAÇÕES E PRECONCEITOS

O projeto foi executado na sede da creche-escola e no primeiro dia foi desenvolvida a oficina: *Desigualdade de Gênero: Respeito à Diversidade e Cultura Democrática e Múlti-pluri-trans*, contando com 15 participantes. A atividade foi iniciada com dinâmica de integração “*comunicação sem palavras ditas ou escritas*” – do qual, xs participantes devem conversar por meio de gestos e comportamentos, sem escrever ou falar nada durante 10 minutos. Após o tempo, cada um pode contar o que achou da experiência e se entendeu o que realmente “conversou” com as outras pessoas... Após esse tempo, a proposta do projeto foi exposta e a roda de conversa foi iniciada, contemplando falas sobre promoção da igualdade de gênero, respeito à diversidade e construção de uma cultura democrática e múlti-pluri-trans.

Foi trazida a cantiga *O cravo brigou com a rosa* para mostrar que por trás de uma letra subliminar e que se pensa “inocente”, a mesma expõem elementos heteronormativos. O discurso da superioridade, a noção de “privilegio” masculino, subordinação das mulheres, a violência simbólica/doméstica naturalizada (relação abusiva e culpabilização da vítima), o adestramento de corpos e mentes, e outras construções que distanciam para construção de uma educação transgressora e pluralizada. A escola fabrica sujeitos e determina lugar conforme o padrão social imposto muitas vezes são impostos e Louro (2014) nos lembra que a pedagogia que disciplina corpos é muitas vezes sutil, mas é sempre eficaz.

Xs participantes trouxeram várias músicas, a exemplo do funk, axé, pagode, sertanejo, tocadas nas rádios e TV que muitas vezes objetifica e naturaliza a erotização, estereotipa o feminino por meio de letras que distorcem a imagem das mulheres ao utilizar expressões como “gostosa”, “cachorra”, “piriguete”, “potranca”. Desse modo, as músicas foram analisadas de forma crítica-reflexiva para que xs estudantes entendessem aspectos por trás das letras, as quais muitas vezes é mergulhada em estereótipos, faz apologia a práticas erótico-sexual, e muitas vezes afeta o desenvolvimento do sujeito em formação, vulnera os princípios da proteção integral da criança e do adolescente (Art. 59, 71 e

74 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Art. 15 Cap. II do Código de Ética da Radiodifusão Brasileira; Constituição Federal 1988; Art. 16-17 da Convenção sobre Direitos da Criança da ONU de 1990). Nessa perspectiva, a naturalização de abusos e violências acaba por fortalecer comportamentos machistas, sexista e misógeno. Logo, foi realizada uma atividade de produção sobre as temáticas que culminou na confecção e apresentação de painéis, poesias e dramatizações.

Fechada a realização dessa atividade e avaliando o encontro, nota-se que o grupo foi receptivo, dialogaram, expuseram relatos e experiências dos quais demonstraram as discriminações que vivenciam em seu cotidiano, especialmente de cunho racial e da sexualidade. A temática sexualidade foi constantemente debatida, porém inicialmente nos discursos dxs alunxs os argumentos trazidos eram muitas vezes a partir da noção de sexo (feminino e masculino).

Entretanto, no decorrer da roda de conversa, o grupo conseguiu entender que os estereótipos e manifestações socioculturais e ideológicas podem ser considerados estereotipados e discriminatórios, além de que a dicotomia hetero-homo não pode ser restrita e/ou normatizada, e que a sexualidade é construída e reconstruída socialmente, ou seja, as sexualidades são fluidas e interconectadas de modo complexo na/s vivência/s de cada sujeito (MAC AH GHAILL, 1994, p. 3 apud MOITA LOPES, 2002, p. 100).

Da mesma forma, Freire Costa (1992) afirma que, “a sexualidade humana é plural e etiquetas tais como heterossexual, gay, lésbica, bissexual, transexual etc., não podem dar conta dela e não resistem a nenhuma análise transcultural e transhistórica”. Sobre a equidade que deve existir entre os sexos, tivemos a fala de C. J. de J. S⁴, 14 anos, “as desigualdades entre homens e mulheres existem por causa do preconceito e do machismo que não valoriza e nem respeita as mulheres e diz o que elas podem ou não ser e fazer”.

A partir dessa roda, fomentou-se a aprendizagem dxs alunxs sobre as questões de gênero construídas culturalmente (fatores biológicos, diferenças sociais, a falsa ideia de superioridade masculina em detrimento do feminino subalternizado no contexto socioeconômico), e o seu pertencimento em diferentes grupos. H. V. S. de A., 09 anos diz que, “o homem simboliza poder e coragem e a mulher diz que é frágil e que tem que cuidar da casa e dos filhos”. Essa fala reflete o enquadramento de papéis construídos socialmente, dessa forma, é preciso criar condições que as mulheres se empoderem para que tenham lugar de fala e ocupem os espaços de poder, e educar os meninos para que se desconstruam em termo da misoginia e o machismo.

O último dia da oficina com os temas: *Preconceito/Racismo; Violência e Heteronorma; Interseccionalidades; Gênero, Raça e Sexualidade; e LGBTQIA+fobia*, teve início com a realização da dinâmica “Marcadores Sociais da Diferença” – dividido o grupo conforme dados que demarcam eixos estruturantes de discriminações (classe, gênero, raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero, religião), para discutir como esses marcadores sociais se interseccionam na permanência da exclusão, discriminações e preconceitos do qual acarreta também a evasão estudantil. Logo, trouxemos ao centro da roda as temáticas e realizamos as reflexões. Iniciamos com o conhecimento prévio que cada participante trazia de suas vivências a respeito das abordagens acima citadas.

C. J. de J. S., 14 anos, expõem o relato em que reflete a dimensão de ser jovem negro de periferia na capital baiana. Ele argumenta que, por ser negro, usar roupas de marca de surfwear que se torna-

4 Preferíamos manter o anonimato dxs participantes das oficinas, assim, utilizaremos as iniciais dos nomes.

ram emblemáticas da periferia (Cyclone, Nike, TCK, Supreme, Kanye West...), ter determinado estilo de corte de cabelo, falar gírias e estar descalço, atravessando a pista em direção à praia de Ondina, uma turista branca correu para o outro lado dizendo que seria assaltada. Ele relata “pô, me senti muito mal, tive até dor de cabeça, eu sou nascido e criado aqui no Alto de São Lázaro, desço todo dia para tomar banho na maré de Ondina, ela me julgou, me confundiu com marginal”. Ele prossegue, “se fosse num bairro periférico (Nordeste, Liberdade, Uruguai, IAPI ou Cajazeiras) ninguém iria achar que eu era ladrão, pois, quase todos os jovens têm o mesmo estilo que o meu”, continuou: “minha mãe não deixou mais eu fazer aquele corte no cabelo e nem está comprando mais essas marcas”.

Assim, essa fala retrata a dicotomia espacial, o quadrante da área tida como “nobre” do bairro de Ondina e “favelização”, Alto de São Lázaro, do qual o preconceito racial, a noção de marginalização do corpo negro, a desigualdade de classe, a negação ao acesso de espaços públicos e a preocupação dessa mãe que precisa podar o desejo do filho – o tipo de corte de cabelo – para que ele não seja rotulado, visto que vivemos em uma sociedade racista e mesmo numa maioria negra na cidade do Salvador, somos 86% entre pretos e pardos, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), experimentamos uma conjuntura de violências, vulnerabilidades, discriminações e racismo.

S. C. S., 10 anos, relata que: “na escola ela foi acusada por um menino de ter pegado um brinquedo que ela não pegou e que só ela teve a mochila revistada pela professora, porém, o menino quando chegou em casa achou o brinquedo no playground do prédio”. Ela disse: “sou preta, pobre, tenho 5 irmãos, minha mãe sozinha cuida da gente, eu ajudo ela a trabalhar com reciclagem e quando ela pode, ela me dá um brinquedo”, continuou: “fiquei com raiva e vergonha, me sentindo inferiorizada e não queria mais ir para a escola e ele nem me pediu desculpas”. Essa situação retrata o despreparo da profissional da educação para conduzir a situação, parece não estar consciente da conduta discriminatória e classificatória, e/ou ignora e prática racista, a qual explicita uma conotação de “brincadeira” ou algo sem importância. Nesse sentido, pensar na necessidade perene de curso de formação de professorxs e que atente para o uso de pedagogias transgressoras se constitui como estratégias de extrema relevância.

Nos relatos de C. J. de J. S., 14 anos e de S. C. S., 10 anos, consegue-se trazer marcadores sociais que oprimem, assim, Akotirene (2018, p. 18), reforça que:

Interseccionalidade é uma ferramenta teórica e metodológica usada para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, e as articulações decorrentes daí, que imbricadas repetidas vezes colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas.

H. V. S. de. A., 9 anos diz que: “sofro bullying na escola por ser a menor da turma e sou chamada de ‘baixinha’ ou ‘pigmeu’ e quando usei black, fui chamada de ‘cabelo de bombрил’, ‘ninho de passarinho’, eu chorei, não me sinto bem com essas coisas”. Aqui observamos o racismo e a discriminação em torno da estética negra, historicamente desvalorizada. Já K. M. da B. M., 12 anos fala que: “o negro sempre é vinculado à coisa ruim em tudo que é canto” e que: “a mulher é ‘ofuscada’ quando são menos preteridas, ou melhor, ‘excluídas’ nos espaços sociais e ‘adestrada’ desde a infância para exercer

atividades subalternas”. Foi de grande valia perceber o entendimento dessas crianças e adolescentes sobre os processos de discriminações e exclusões dos quais são vítimas cotidianamente.

F. N. C., 9 anos diz que: “tenho dois pais e não me importo com o que os outros digam, eu amo os dois”. Essa fala reforça as novas possibilidades de formações familiares, muitas das quais distanciam da perceptiva patriarcal, nuclear tradicional de pai, mãe e filhxs.

Segundo Louro (1997, p. 74), a escola continua imprimindo sua “marca distintiva” sobre os sujeitos e dessa forma, “[...] através de múltiplos e discretos mecanismos, escolarizam-se e distinguem-se os corpos e as mentes” (LOURO, 1997, p. 62), ou seja, a escola é um dos locais privilegiados para que meninos aprendam a ser “masculinos” e meninas aprendam a ser “femininas”, já que tem papel ativo na construção sexual compulsória. De acordo com Miranda (2019, p. 37) “ainda parece que a escola está distante de outras formas de pensar sobre as possibilidades de ofertar a liberdade de signos endereçados para homens e mulheres”.

Já que o currículo escolar é heteronormativo, estes ainda pautados os livros de Ciências, que abordam a sexualidade apenas pelo viés reprodutivo; os livros de Literatura, que trazem o amor romântico e heterossexual; e os livros de História que retrata famílias a partir da perspectiva de família tradicional com a presença de casais heterossexuais, mesmo com algumas mudanças, majoritariamente ainda é o que observamos, infelizmente.

De modo geral os livros didáticos utilizados nas escolas trazem apropriações persistentes de imagens que informam um mundo ainda bastante masculino, de etnia branca, de idade adulta, que vivem em cidades, que estão trabalhando, que são cristãos, de classe média, heterossexuais, magros, sadios, entre outros padrões hegemônicos. (SILVA, 2006, p. 87).

Nesse processo de docilização, a sociedade e os meios educacionais dos quais estão intersectados impõe o controle sobre os corpos e mentes. Ainda nesse raciocínio, professorxs reproduzem sem se dá conta, muitas vezes, uma ideologia opressora que insere o/s sujeito/s no contexto de subalternidade e opressões. Seguindo o registro dos relatos dxs estudantes que participaram das oficinas, temos D. P. C. S., de 12 anos, o qual vai dizer que gosta de cozinhar e ajudar a mãe nas atividades domésticas e que os próprios irmãos o chamam de “frutinha” e que a mãe reclama-os, e que quando ele limpa a unha e passa esmalte incolor, os colegas já o chamaram de “bicha louca”, “mulherzinha” e “jeitão gay”, que ele reclama para a professora intervir, mas que ela simplesmente o manda deixar pra lá”.

Essa situação reverbera a insegurança da professora, ou por achar o tema inadequado para ser discutido em sala, ou pelo fato que reflete os discursos escolares legitimados que invisibilizam a/s sexualidade/s na sala de aula. Nesse ínterim, acreditamos que por meio de currículos descolonizados e que atente para diversidades das experiências dos sujeitos, possamos construir uma sociedade mais equânime e dialógica.

Entretanto, currículos que invisibilizam as subjetividades que compõem a/s sexualidade/s, despreza o comportamento de quem foge a heteronorma, ativa o repertório de discursos LGBTQIAP+fóbico, da qual aciona os processos de discriminações, violências e violações de um sujeito. Assim, Dantas (2018, p. 31), ressalta que, “a pedagogia e o currículo escolar devem ser capazes de oferecer oportu-

nidades para que crianças e jovens desenvolvam a consciência crítica e compreenda os sistemas e as formas dominantes de representação da identidade e da diferença”.

A escola é sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém assuma sua condição de homossexual ou bissexual. Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo sexual e que esse tipo - inato a todos - deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade e, desta forma, oferece poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento mantém-se, com relação à sexualidade, o lugar do desconhecimento e da ignorância. (LOURO, 2000, p. 34).

D. P. C. S., 12 anos, nos relata que: “eu ainda não sei minha identidade sexual, mas, sei que ser gay soa negativo e certamente não será aceito pela família”. Essa fala traz os constructos sociais cristalizados por meio dos discursos médicos, educacionais, científicos e religiosos que mantém uma relação de poder que hierarquiza, subordina e exclui uma parcela significativa de pessoas, das quais sua existência se torna muitas vezes invisíveis, tem sua vida em estado de vulnerabilidade biopsicossocialmente. Nota-se:

Os modos de ser e estar no mundo que se tornaram hegemônicos dizem respeito a modos como foram pensados e produzidos os corpos, os gêneros e as sexualidades, reduzidos a dimensões fragmentadas, aprisionadas e binárias. Generalizada e naturalizada, a heterossexualidade, inscrita no corpo, tornou-se referência em todos os lugares e para todos os indivíduos, alerta-nos Guacira Louro desde 1999. Essa forma de sexualidade invadiu os textos escolares e os procedimentos pedagógicos que visavam educar meninos e meninas, e ainda neles permanecem neste começo de século XXI. (SILVA, 2014, p. 67).

4. CONCLUSÃO

Assim, os espaços educacionais, as unidades escolares, espaços que deveriam ser do conhecimento, da diversidade, das transformações firma-se ainda como meio de reprodução de intolerâncias, discriminações e preconceitos. A realização das oficinas foi extremamente produtiva, propiciou à formação de uma consciência crítica-reflexiva sobre as relações de gênero, raciais e da sexualidade/s, ao qual xs participantes puderam observar, perceber e questionar os determinismos biológicos, as experiências de vivência com o racismo e do classismo. Para Sardenberg (2018, p. 17), “[...] os grupos de conscientização, reflexão e ação feministas, bem como as oficinas de sensibilização tiveram – e continuam tendo – papel fundamental no desmonte da dominação patriarcal”.

Assim, finalizamos nosso encontro com a elaboração e apresentação de painéis sobre as temáticas estudadas. Desse modo, foi possível concluir que dialogar sobre pedagogias transgressoras, relações de gênero, racismo, sexualidade, discriminações e direitos humanos, são abordagem que

recortam a vida desses estudantes. Na perspectiva de (re)construir ações que possam fortalecer as lutas por equidade e emancipação de direitos, a realização desse projeto buscou questionar paradigmas e refletir sobre a necessidade de sua aplicabilidade em ambientes educacionais.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor, W. Educação - para quê? *In*: ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradução Wolfgang Leo Maar. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995c. p. 139154.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** São Paulo: Ed. Letramento, 2018.

ARAÚJO, Denise Bastos; CRUZ, Izaura Santiago da; DANTAS, Maria da Conceição Carvalho. **Gênero e sexualidade na escola**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

ASSOCIAÇÃO Brasileira d Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Pesquisa Nacional sobre estudantes LGBT e o ambiente escolar**. [S.l.], 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao.html>. Acesso em: 6 jan. 2020.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos**: Diretrizes Nacionais. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, 2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003/2010.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do sexo. *In*: Guacira Lopes Louro (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.110-124.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

FREIRE, Paulo; NOGUERIA, Adriano. **Que fazer**: teoria e prática da educação popular. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

hooks. bell. **Ensinando a transgredir**. A educação como prática da liberdade. São Paulo: Ed. Martins fontes, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda., 1997. p. 67-68.

LOURO, Guacira Lopes *et al.* (org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2000.

MÉLLO, Ricardo Pimentel. Corpos, heteronormatividade e performances híbridas. **Psicologia & Sociedade**, Fortaleza, UFC, v. 24, n. 1, p. 197-207, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n1/22.pdf>. Acesso em: 29 de janeiro de 2020.

MIRANDA, Amanaiara Conceição de Santana. **Sexualidade e gênero na educação infantil**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

SARDENBERG, Cecília M. B. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. **Inclusão Social**, Salvador, Bahia, v. 11, n. 2, p. 15-29, jan./jun. 2018.

SEFFNER, Fernando. Cruzamentos entre gênero e sexualidade na ótica da construção da(s) identidade(s) e da(s) diferença(s). *In*: SOARES, Guiomar; SILVA, Méri Rosane; RIBEIRO, Paula (org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: problematizando práticas educativas e culturais. Rio Grande: FURG, 2006.

SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz. Entremeando corpos, sexualidades, gêneros e educação escolar. *In*: FERRARI, Anderson (org.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Lavras (MG): UFLA, 2014.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Diversidade étnico-racial e currículos escolares: dilemas e possibilidades. **Caderno CEDES**, Campinas, n. 32, p. 25-34, 1993.

Recebido em: 25 de Maio de 2021

Avaliado em: 6 de Junho 2021

Aceito em: 30 de Junho 2021



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

1 Especialista em Gênero e Sexualidade na Educação – UFBA; Licenciada em Educação Física pela Universidade Federal da Bahia – UFBA; Bacharel em Educação Física – UNIASSELVI; Técnica em Alimentos – SENAI.
E-mail: karla.lacerda@hotmail.com

2 Pós-Graduada em Direito do Trabalho – UCESP; Especialista em Gestão Pública e em Educação para as Relações Étnicas Raciais – UNILAB, em Gestão Pública Municipal – UNEB e em Educação em Gênero e Direitos Humanos – UFBA; Graduada em Gestão de Recursos Humanos e em Processos Gerenciais – UNIJORGE; Bacharel em Administração Pública pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Professora da Licenciatura Plena em Pedagogia – UNEB e da Especialização em Gênero e Sexualidade na Educação – UFBA. E-mail: adm.liviapacheco@gmail.com

3 Mestra e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia – PPG/NEIM/UFBA; Especialização em História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, pela Associação Classista de Educação da Bahia – ACEB; Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Professora da Rede Estadual da Educação – SEC/BA. E-mail: silvana.bispo@ufba.br



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilhaigual CC BY-SA

